

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL SUPERIOR EXÉRCITO A/S
2015/2016**



TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO DE GRUPO

**A PROTEÇÃO NA CAMPANHA MILITAR NO TEATRO DE
OPERAÇÕES DE MOÇAMBIQUE (1964-1975)**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL
REPUBLICANA.**

**CAP INF AMÍLCAR DIAS FERNANDES (Coordenador)
CAP ENG SILVIA ESMERALDA JOANAZ D'ASSUNÇÃO DIAS
CAP ENG PEDRO ALEXANDRE GASPAR DE CAMPOS LEAL
CAP ART LUÍS MANUEL COELHO FERNANDES
CAP MAT MANUEL JOSÉ SILVA NEVES MORGADO**



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS

A PROTEÇÃO NA CAMPANHA MILITAR NO TEATRO
DE OPERAÇÕES DE MOÇAMBIQUE (1964-1975)

CAP INF AMÍLCAR DIAS FERNANDES (Coordenador)
CAP ENG SILVIA ESMERALDA JOANAZ D'ASSUNÇÃO DIAS
CAP ENG PEDRO ALEXANDRE GASPARE DE CAMPOS LEAL
CAP ART LUÍS MANUEL COELHO FERNANDES
CAP MAT MANUEL JOSÉ SILVA NEVES MORGADO

Trabalho de Investigação de Grupo do CPOS E A/S 2015/2016



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS

A PROTEÇÃO NA CAMPANHA MILITAR NO TEATRO
DE OPERAÇÕES DE MOÇAMBIQUE (1964-1975)

CAP INF AMÍLCAR DIAS FERNANDES (Coordenador)
CAP ENG SILVIA ESMERALDA JOANAZ D'ASSUNÇÃO DIAS
CAP ENG PEDRO ALEXANDRE GASPARE DE CAMPOS LEAL
CAP ART LUÍS MANUEL COELHO FERNANDES
CAP MAT MANUEL JOSÉ SILVA NEVES MORGADO

Trabalho de Investigação de Grupo do CPOS E A/S 2015/2016

Orientador:

MAJ ENG ALEXANDRE MENDES RODRIGUES RODRIGUES

Pedrouços 2016



Declaração de compromisso Anti Plágio

Declaro por minha honra que o trabalho que apresento é original e que todas as citações estão corretamente identificadas. Tenho consciência de que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética e disciplinar.

Pedrouços, 8 de julho de 2016

CAP INF AMÍLCAR DIAS FERNANDES (Coordenador)

CAP ENG SILVIA ESMERALDA JOANAZ D'ASSUNÇÃO DIAS

CAP ENG PEDRO ALEXANDRE GASPAR DE CAMPOS LEAL

CAP ART LUÍS MANUEL COELHO FERNANDES

CAP MAT MANUEL JOSÉ SILVA NEVES MORGADO



Agradecimentos

O presente Trabalho de Investigação de Grupo encerra o estudo, investigação e análise desenvolvidos ao longo do Curso de Promoção a Oficial Superior Exército A/S 2015-2016.

Durante o período de realização deste trabalho, para além do esforço, disponibilidade e vontade que o grupo investiu na sua execução, beneficiámos de apoios e orientações, aos quais queremos expressar o nosso agradecimento.

Ao orientador, Major de Engenharia Alexandre Rodrigues, pela disponibilidade que sempre manifestou em apoiar o esclarecimento de dúvidas, pela experiência e contributos que foram transmitindo ao longo da análise das diferentes versões do trabalho e pelo enquadramento sempre presente ao longo de toda a execução, com orientações e incentivos, no sentido de mantermos o rumo e o ímpeto necessários para a prossecução dos objetivos pretendidos.

Ao Major de Infantaria Carlos Afonso, pela sua experiência pessoal que se revelou de elevada oportunidade e utilidade, e pelo auxílio a alcançar coerência estrutural e histórica.

A todos aqueles que, das mais variadas formas, contribuíram direta e indiretamente no processo de execução deste trabalho.

A todos um bem-haja.



Índice

Introdução.....	1
1. A ação militar e a evolução doutrinária e concetual no período em análise.....	5
2. Forças envolvidas	11
2.1. Forças a empregar.....	11
2.2. Estrutura.....	12
2.3. Meios	14
3. As tarefas de proteção.....	17
3.1. A defesa antiaérea.....	17
3.2. A proteção de informação.....	17
3.3. A sobrevivência	18
3.4. A proteção sanitária	20
3.5. A segurança das operações	21
3.6. A inativação de engenhos explosivos	22
4. Consequências da Proteção no desfecho da Campanha.....	24
Conclusões.....	26
Bibliografia.....	29

Índice de Anexos

Anexo A — Estrutura do dispositivo militar no TO Moçambique.....	Anx A - 1
Anexo B — Evolução dos efetivos ultramarinos	Anx B - 1
Anexo C — Organização do Serviço Saúde Militar em Moçambique	Anx C - 1

Índice de Apêndices

Apêndice A — Recursos humanos e materiais no TO Moçambique.....	Apd A - 1
Apêndice B — Caraterização da ameaça Frelimo	Apd B - 1



Índice de Figuras

Figura 1 - Mapa do território de Moçambique	6
Figura 2 - Organização das regiões militares no TO Moçambique	6
Figura 3 - Dispositivo do Exército Português em 1963	13
Figura 4 - Dispositivo na Zona Norte em 1968	14
Figura 5 - Dispositivo na Zona Centro em 1974	14
Figura 6 - Construção de um Quartel JC	19
Figura 7 - Ação psicossocial, convívio entre militares e população	22
Figura 8 - Picagem de minas num itinerário com detetores de eletromagnéticos	23
Figura 9 - Evolução dos efetivos ultramarinos	Anx B - 1
Figura 10 - Bases e Organização do Departamento de Defesa e Penetrantes	Apd B - 1
Figura 11 - Organização política e militar da Frelimo	Apd B - 2
Figura 12 - Organização de um Batalhão	Apd B - 3
Figura 13 - Base provincial de Guanguhana-Niassa 1968	Apd B - 3
Figura 14 - Frelimo dispôs desde início de grande quantidade de material	Apd B - 4



Resumo

O presente trabalho destina-se a investigar o tema “A Proteção na Campanha Militar no Teatro de Operações de Moçambique (1964-1975)”, no âmbito da forma, dos métodos e das práticas da função de combate proteção à luz da respetiva época em comparação com a atual doutrina do Exército Português. Este conceito engloba as tarefas e os sistemas que preservam a força para se dispor do máximo potencial de combate.

A metodologia utilizada assentou em três fases: fase exploratória, consistindo no levantamento dos dados através de leituras preliminares de documentos e de bibliografia diversa; fase analítica, através da recolha de dados e a respetiva análise dos mesmos; fase conclusiva, onde foi efetuado a avaliação e discussão dos resultados sendo elaboradas as conclusões e a redação do trabalho, tendo em vista os contributos para o conhecimento, as limitações, as recomendações e a apresentação e defesa do mesmo.

No período em questão, não existia o conceito doutrinário de função de combate, nem a Proteção era abordada de forma independente à luz da atual. Com o evoluir do conflito foram aplicadas diversas medidas no emprego de forças, proteção da força e gestão de recursos humanos e materiais que possibilitaram a redução de baixas provocadas por parte da ameaça Frelimo.

Palavras-chave

Moçambique, Campanha Militar, Proteção



Abstract

This study aims to investigate the theme “Protection in the Military Campaign of Moçambique’s Operation Theater (1964-1975), concerning the doctrine, methods and practices of protection combat role in the light of the respective period, in compared to the currently Portuguese Army doctrine

The methodological approach used was based on three stages: exploratory stage, based on documents preliminary readings, miscellaneous bibliography and exploratory interviews; analytics stage, through data collection and analysis; conclusive stage, which comprises the writing of the paper and the conclusions, aim at the presentation and defense of paper.

We concluded that in that period, the doutrinary concept of combat functions didn’t exist neither protection was independently approached. With the evolution of the conflict, applied various measures in the employment of forces, force protection and management of human and material resources that made possible the reduction of casualties caused by the Frelimo threat.

Keywords

Moçambique, Military Campaign, Protection.



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

A	
AA	Antiaérea
AAA	Artilharia Antiaérea
AC	Artilharia de Campanha
AM	Academia Militar
Artº	Artigo
B	
BC	Batalhão de Caçadores
C	
CANIFA	Comissão Administrativa para as Novas Instalações das Forças Armadas
CEng	Companhia de Engenharia
CGGE	Comando Geral dos Grupos Especiais
CIOE	Centro de Instrução de Operações Especiais
CODCB	Comando Operacional da Defesa da Cahora Bassa
COFI	Comando Operacional das Forças de Intervenção
CTC	Comando Territorial Centro
CTS	Comando Territorial Sul
E	
EGS	Exército na Guerra Subversiva
EME	Estado-Maior do Exército
EOD	<i>Explosive Ordnance Disposal</i>
F	
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
G	
GE	Grupos Especiais
GEP	Grupos Especiais de Paraquedistas
H	
H&K	Heckler & Koch GmbH
I	
IAEM	Instituto de Altos Estudos Militares
IAO	Instrução de Aperfeiçoamento Operacional
In	Inimigo
L	
LGF	Lança Granadas Foguete
LMPQF	Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos
LSM	Lei de Serviço Militar



M

MAC Minas anticarro
MAP Minas antipessoal

N

NATO *North Atlantic Treaty Organization*
NBQR Nuclear, Biológico, Químico e Radiológico
NF Nossas Forças
NU Nações Unidas

O

OE Objetivos Específicos
ONU Organização das Nações Unidas

Q

QC Questão Central
QD Questão Derivada
QP Quadro Permanente

R

RENAMO Resistência Nacional Moçambicana
RM Região Militar
RPG *Rocket Propelled Grenade*

S

SSM Serviço Saúde Militar
SSMM Serviço Saúde Militar em Moçambique

T

TO Teatro de Operações

U

UEB Unidade Escalão Batalhão
URSS União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Z

ZA Zona de Ação
ZIN Zona de Intervenção Norte
ZOT Zona Operacional do Tete
ZA Zona de Ação



Introdução

O tema proposto pretende analisar a função de combate Proteção, na Campanha Militar no Teatro de Operações (TO) de Moçambique, durante o período de 1964 a 1975, uma vez que se enquadra no contexto de estudo da história militar contemporânea portuguesa, nas campanhas de África e assume especial relevância porque permite compreender os condicionalismos, à condução desses combates de baixa intensidade durante 11 anos, e como foram superadas as dificuldades no que concerne à função de combate proteção.

Justificação do estudo

Para a Guerra do Ultramar, Portugal mobilizou para o esforço de guerra no TO, nas regiões de Angola, Guiné e Moçambique, mais de 150 mil militares portugueses de uma geração que segundo o Tenente-General Adelino Rodrigues Coelho, “Foi uma geração imensamente disponível, batalhadora, dividida, na ditadura e na democracia, na guerra e na paz, e hoje talvez continue a ser isso tudo, só que com mais amargura e desencanto” (2013, p.576).

No TO de Moçambique, as forças militares portuguesas encontraram um inimigo com uma estrutura e conceito político definida¹, que efetuou uma preparação antecipada e adequada no que concerne ao planeamento², preparação militar³, atividade diplomática e de informação para a luta armada⁴. As suas operações militares baseavam-se em ações de guerrilha, a denominada guerra subversiva, onde a população era a “espinha dorsal da luta armada”, tendo obtido o apoio de diversas solidariedades internacionais⁵. (Souto, 2007, p.205-208).

¹ Luta contra o colonialismo português até à independência.

² Após a constituição da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), foram definidos os seguintes objetivos imediatos: “consolidação do movimento; a preparação para a guerra; a mobilização das populações e a educação política de forma a chamar a atenção da necessidade de lutar contra a opressão colonial; e a atividade diplomática através da aplicação de uma política externa de solidariedade e cooperação com todos os povos, governos e organizações anticolonialistas e antifascistas.”

³ A Frelimo, criou um exército, garantindo formação e treino, enviou inicialmente grupos de miliares para a Argélia, seguido para a República Popular da China e União Soviética a fim de terem treino militar e criou campos de treino político-militares no Kongwa, Songea e Nachingwea.

⁴ “objetivo de quebrar o silêncio existente à volta de Moçambique, desmascarar os mitos da colonização portuguesa, mobilizar a opinião pública a favor da luta, obter apoio material e isolar Portugal”

⁵ A solidariedade internacional foi fundamental para o desenvolvimento da luta arma. A Frelimo obteve apoio político nas Assembleias das Nações Unidas (NU) e da Organização das Nações Unidas(OUA). Da República da China, União Soviética e Cuba recebeu apoio material de guerra, treino e/ou envio de instrutores para treino dos guerrilheiros. Dos países nórdicos recebeu apoio político e financeiro, em medicamentos, roupas e outros artigos. Na década de 1970, Japão, EUA, Canadá, Alemanha Federal, Bélgica, Suíça, Inglaterra, Itália entre outros divulgaram a luta de libertação da Frelimo através de palestras e conferências.



As Forças Armadas estavam apenas preparadas para a eventualidade de uma guerra convencional, contudo a experiência adquirida no TO de Angola, contribuiu para o desenvolvimento das operações.

A doutrina militar portuguesa de contraguerrilha e contrassubversão começou a desenvolver-se a partir de 1961, através de princípios doutrinários adaptados, com base nas Forças Armadas de países europeus envolvidos em conflitos nas suas províncias ultramarinas e observadores à Guerra da Argélia, sendo editadas as publicações em 1961 e 1962, “Guia para o Emprego Tático das Pequenas Unidades” e “Apoio das Autoridades Civas”, e cinco volumes elaborados em 1966 designados de “O Exército na Guerra Subversiva” (Coelho, 2013, p.578).

De acordo com a doutrina em vigor no Exército Português, a função de combate Proteção é uma atividade contínua que integra as capacidades da força para proteger bases, garantir segurança em itinerários e proteger forças, que inclui as seguintes tarefas: Defesa antiaérea, Recolha de pessoal, Proteção de informação, Medidas para evitar o fratricídio, Segurança de área, Antiterrorismo, Sobrevivência, Proteção sanitária, Operações de defesa Nuclear Biológica Química e Radioativa, Prevenção de acidentes, Segurança das operações e Inativação de engenhos explosivos, as quais serviram de base para a realização deste trabalho.

Objeto do estudo e sua delimitação

O objeto da investigação definido são as ações de Proteção do Exército Português utilizadas no período de 1964-1975, na Campanha Militar no TO em Moçambique, delimitando o estudo ao nível tático, nomeadamente nas seguintes áreas específicas: defesa antiaérea, proteção de informação, sobrevivência, proteção sanitária, segurança de operações e a inativação de engenhos explosivos.

Objetivos de investigação

O trabalho de investigação tem como objetivo geral compreender e avaliar a Proteção na Campanha na Militar no TO em Moçambique. Para tal foram identificados os seguintes objetivos específicos (OE): OE1: Analisar a forma como Portugal se adaptou à nova forma de guerra; OE2: Analisar a Proteção no Dispositivo de Forças destacado para o TO de Moçambique; OE3: Analisar as operações mais importantes quanto aos meios, tempo, tipologia e desfecho no contexto da Proteção; OE4: Avaliar os impactos da Proteção no estado final da Campanha.



Para o desenvolvimento do presente trabalho de investigação propõe-se a seguinte Questão Central (QC): Como foi empregue o conceito da Proteção e quais as suas consequências na Campanha Militar no TO de Moçambique (1964 – 1975)?

Para ajudar a atingir o objetivo específico, propõem-se as seguintes Questões Derivadas (QD): QD1: Quais as medidas adotadas e sua evolução doutrinária e concetual, no período em análise? QD2: Quais as forças empregues, sua estrutura e meios projetados para o TO de Moçambique, enquadrado na função de combate Proteção? QD3: Quais os efeitos da função de combate Proteção nos principais momentos e operações da Campanha? QD4: Quais as consequências (militares, operacionais, táticas e técnicas) da função de combate Proteção na Campanha?

Para a execução deste trabalho, considerou-se como variável independente a Doutrina Militar Portuguesa em vigor durante a Campanha Militar no TO de Moçambique, e como variáveis dependentes as seguintes: O processo da decisão militar usado no planeamento das operações; A tipologia do treino das forças; As táticas, técnicas e procedimentos usados nas operações; Os meios usados pelas Forças Armadas Portuguesas no TO.

Metodologia da investigação

A estratégia definida para a investigação assentou numa abordagem metodológica de índole qualitativa, pretendendo-se avaliar as ações e manobras de natureza tática aplicadas, no que respeita à Proteção. Foi efetuada a recolha de informação de forma a obter dados mais objetivos e confirmar as questões derivadas, realizando uma pesquisa bibliográfica e documental.

Como metodologia a aplicar, e pretendendo retirar a maior informação possível das fontes primárias e secundárias disponíveis, conduziu-se a investigação em três fases distintas. Uma primeira fase exploratória, consistindo em leituras preliminares, apoiando a pesquisa de informação em manuais doutrinários e documentação histórica do TO de Moçambique. Esta fase culminou com a elaboração de um plano de trabalho, em que foi definida toda a estratégia para o trabalho, o mapa de planeamento e uma proposta de índice. Numa segunda fase, analítica, através da recolha de dados e a respetiva análise dos mesmos. Por fim, a fase conclusiva, onde foram elaboradas as conclusões e a redação do trabalho, tendo em vista a apresentação e defesa do mesmo.

Organização do estudo

Este trabalho está organizado em quatro capítulos. No primeiro capítulo é apresentada a forma como Portugal se adaptou à nova forma de guerra. No segundo capítulo são identificadas as forças empregues, sua estrutura e meios das forças envolvidas. No terceiro



capítulo são discriminadas as tarefas da função de combate Proteção, nas diversas operações do TO de Moçambique utilizadas na referida época. No quarto capítulo são identificadas as principais consequências do emprego das medidas de proteção no desfecho da campanha. Por último são apresentadas as conclusões do trabalho.



1. A ação militar e a evolução doutrinária e concetual no período em análise

“Apesar das dificuldades, o que o Exército fez ao longo das várias campanhas em que se viu envolvido, só foi possível devido ao esforço conjugado da defesa e do desenvolvimento, pela articulação das vontades de todas as autoridades empenhadas no território em luta, pela fidelidade da maioria das populações, que permaneceram ao nosso lado e, sobretudo, pela superior qualidade do soldado Português que, na sua, rusticidade, simplicidade e humanidade, suportou extremos sacrifícios e se bateu sempre com grande valor e dignidade.” (IAEM, 2002/04, p.25)

Neste capítulo será referido como o poder Português respondeu às diferentes alterações do dispositivo e as subsequentes adaptações resultantes da luta subversiva no TO de Moçambique. Salienta-se o esforço desencadeado em operações de afirmação/ imposição da soberania que envolveu um considerável número de recursos (humanos e materiais), durante dez anos de guerra, conforme descrito no apêndice A. Toda esta dinâmica de alterações, de adaptações e, mais concretamente, de execução de operações foi acompanhado de uma doutrina base que se foi criando e aprimorando.

“O objetivo das Forças Armadas era o garante da liberdade de ação política, governativa e administrativa. Para o General Augusto dos Santos, os militares estavam no território para manter a ordem e permitir que as populações, brancas e negras, trabalhassem tranquilamente.” (Garcia, 2003, p.176).

A revogação do Ato Colonial de 1951 consumou “a derrota dos ideólogos da descentralização e impondo o integracionismo como doutrina oficial do Estado Português. Portugal e os territórios ultramarinos formavam um Estado uno e indivisível, dotado de um só direito e estrutura administrativa, fortemente centralizada em Lisboa” (Antunes, 1990, p.52). A Lei Orgânica do Ultramar Português surge então em 1953, seguida de um novo Estatuto dos Indígenas Portugueses (abolido em 1961) das Províncias de Guiné, Angola e Moçambique, em 1954. Um ano depois, foram promulgados os Estatutos específicos para cada um dos estados ultramarinos (Moreira, 1957, p.366). Em virtude da crise política de 1958, das pressões internas e externas à política colonial forçaram o Governo a efetuar reformas, das quais se destaca, o alargamento dos quadros, uma maior dispersão de unidades pelos territórios (para fazer face ao inimigo interno como também aos países vizinhos que se tornaram independentes), o estudo e a criação de um novo tipo de Unidades (Unidades de Choques) e de táticas (ação de quadrícula e de intervenção).



Em 1965, a Frelimo, aumenta a sua atividade no distrito do Niassa, em virtude da quase ausência de população não negra, das comunicações deficientes e dos meios militares escassos, permitindo a liberdade de ação e o domínio das populações autóctones e continua a sua progressão para sul em direção ao Zambeze. É então estabelecida a Zona de Intervenção Norte (ZIN), com comando próprio, que coordenava com os Governadores de distrito as ações militares e outras a executar. A ZIN estava dividida em sectores, onde eram operados os Centros Conjuntos de Operações que visavam rentabilizar os meios e maximizar a colaboração entre as autoridades civis e os militares. No entanto, em 1967, é extinto, e o dispositivo militar da ZIN é seccionado em cinco sectores (efetivo de 17 Unidade Escalão Batalhão (UEB)). Nesta fase, o Comandante Militar era o General Paiva Brandão, procura-se garantir liberdade de circulação do caminho-de-ferro até Catur, de modo a dar apoio logístico e manter afastada a subversão a Norte. A Frelimo melhora a sua atuação, para além de flagelar e colocar minas nos itinerários, infiltra elementos reinstruídos, que revelam ser mais aguerridos e melhor comandados⁶. Para fazer face a este avanço há um aperfeiçoamento da atividade das informações e da presença militar e policial junto da população, bem como da atitude e do tratamento das mesmas. Mas não é suficiente e em março de 1968, em virtude de indícios de luta armada no distrito de Tete, são efetuadas novas alterações ao dispositivo neste sector, passando de dois batalhões e duas companhias para três batalhões e mais algumas companhias, que, no entanto, se tornaram insuficientes para fazer face às intervenções armadas que atingiram grande profundidade (dificultando o reabastecimento e a ligação com a retaguarda). Nesta altura, supõem-se que a Frelimo teria 12.500 homens, entre 15 a 20 UEB ou destacamentos de guerrilheiros e, ainda, 1.800.000 pessoas organizadas em cooperativas (contribuíam para o plano de desenvolvimento das aldeias).

As medidas contra subversivas adotadas tinham como intuito impedir o alastramento das atividades subversivas, para tal eram efetuadas atividades de vigilância e de controlo de áreas ainda não sublevadas, evitava-se o isolamento de parcelas de território e garantia-se a segurança dos centros/ regiões que possuíam atividades básicas e elementos fundamentais de infraestrutura económica, ação psicossocial e apoio à população. “Além disso a contrassubversão levava ainda a cabo ações de interdição de fronteira, estando previsto o emprego das Forças de Intervenção em qualquer ponto do território e em qualquer momento”. (Garcia, 2003, p.186)

⁶ Desde o desencadear dos acontecimentos, em setembro de 1964, a percentagem de ações contra as forças militares aumentaram constantemente (22% em 1964, 52% em 1965 e 61% em 1966). Esta situação era interpretada pelo comando português como reveladora do “progressivo aumento do estado de aliciamento e do grau de apoio conferido pelas populações nas áreas de subversão violenta” (Garcia, 2003, p.185)



Em 1969, face à evolução subversiva, houve necessidade de alterar as estruturas de Comando portuguesas, de modo a adaptar o emprego dos meios militares e a implementar um esforço conjunto entre os Comandos Militares e as autoridades administrativas. Com o Decreto-lei n.º 49107 de 07 de julho de 1969, as Forças Armadas são estruturadas em “*Províncias Ultramarinas*” que tinham como missão a execução de operações militares para manter a soberania nacional e a ordem pública, quando ameaçadas. As forças foram organizadas em guarnição normal, de caráter permanente e organizada à base do recrutamento local (exceção, quadros e especialistas) e em guarnição de reforço, que só interviria, caso a primeira não fosse suficiente para garantir a segurança na área de responsabilidade. Foi ainda criado o Comando Operacional das Forças Intervenção (COFI), responsável pelas operações de grande envergadura.

Em 1970, o efetivo da ZIN é alterado para 15 batalhões e em Tete, em virtude da construção da barragem, este sector é separado do Comando Territorial Centro (CTC) e organizado em quatro subsectores de Batalhão. Com o evoluir da situação subversiva, caracterizada essencialmente por uma forte ação psicológica, no distrito de Cabo Delgado, o esforço português, inicialmente defensivo e depois contraofensivo, culmina em duas grandes operações, a “Fronteira”⁷ e o “Nó Górdio”⁸. Originando esta última, “segundo Silva Cunha, o efeito de um murro num ninho de vespas” (Garcia, 2003, p.191), passando a Frelimo a estar em permanente ofensiva. A Frelimo, aproveitando o esforço português nas operações acima mencionadas, orientou as suas ações para o distrito de Tete e avançou em direção a sul, deixando um mínimo de forças em Cabo Delgado. Tete apenas estava guarnecida com uma quadrícula ténue, o que permitiu a passagem para sul do Zambeze. Após a operação “Nó Górdio” (01 de julho a 06 de agosto), o distrito de Tete é reforçado com unidades de intervenção.

A Frelimo, em 1971, orienta o seu esforço para a barragem de Tete, é então efetuada nova reestruturação e o setor do Tete passa a denominar-se por Zona Operacional de Tete (ZOT), dividida em três setores. No entanto, em 1972, a Frelimo continua a acentuar o esforço em Tete e como resposta, as medidas de contrassubversão são acentuadas, sendo atribuído ao COFI a segurança do transporte de cargas críticas destinadas às obras de aproveitamento hidroelétrico de Cahora Bassa.

⁷ “A operação “*Fronteira*”, que durou até ao final da guerra, caracterizava-se por medidas militares orientadas para a interdição da faixa da fronteira Norte, medidas socioeconómicas sobre as populações” (Garcia, 2003, p.191)

⁸ “Comandante-Chefe, em mensagem às forças, especificava-lhes a missão: “Destroçar o in que, armado, pretende dominar a região; libertar as populações escravizadas; restabelecer a ordem e a paz”.” (Garcia, 2003, p.191)



Em 1973, o dispositivo na ZIN, volta a ser alterado, agora para quatro setores, mantendo-se o efetivo de 17 UEB. Foi criado o Comando Operacional da Defesa das Cahora Bassa (CODCB), no Tete, e o Comando Geral dos Grupos Especiais (CGGE) para fazer face ao agravar da situação a norte do CTC (também reforçado pelo COFI). No entanto, e para impedir os avanços para sul são estabelecidos novos sectores, que alteram o dispositivo da ZOT novamente. São implementadas/ reforçadas mais medidas com o objetivo de: interdição de fronteiras, redução da implantação da subversão, aniquilamento do inimigo, destruição dos seus meios de subsistência, impedimento da sua expansão para sul, segurança dos trabalhos de engenharia em curso e apoio do reordenamento das populações. Quanto a Cabo Delgado pretendia-se proteger a operação “Fronteira”, e a Tete e sul dos rios Luenha e Zambeze garantir a segurança da construção da linha de transporte de energia Cahora Bassa e o transporte das cargas críticas para a barragem.

O dispositivo do Exército Português, em 1974, era constituído por 31 Batalhões, 128 Companhias tipo caçadores, um Batalhão de Comandos, um Grupo de Artilharia, três Esquadrões de Cavalaria, 81 Grupos Especiais (GE), 12 Grupos Especiais de Paraquedistas GEP, cinco Companhias de Polícia Militar e uma Companhia de Morteiros, de Engenharia havia um Agrupamento, um Batalhão e sete Companhias e dois Destacamentos.

Nesta altura, dada a situação a sul dos rios Luenha e Zambeze e os objetivos previsíveis da Frelimo, foi necessário reforçar o Comando Territorial Sul (CTS), inicialmente na remodelação do seu dispositivo de forças e depois com o reforço de 13 grupos de instrução. No entanto, não deixaram de sofrer as tradicionais flagelações e ações sobre as vias de comunicação, originando problemas políticos, económicos e psicossociais junto das populações.

A doutrina que serviu de base e preparação para o conflito, foram em parte desenvolvidas durante os anos cinquenta, tendo sido adotadas ao longo dos anos de guerra pelo poder português. Em 1959, foram enviados oficiais para a Argélia como intuito de recolherem conhecimentos e experiências. É neste contexto, e para fazer face, ao novo tipo de guerra que se travava nos territórios ultramarinos que é criado o Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOE), em Lamego, vocacionado para preparar tropas na luta contraguerrilha, na ação psicológica e nas operações especiais (ministrava formação similar à do Curso de Operações Especiais e do Estágio de Contrainsurreição). Surge, assim em 1963, “*O Exército na Guerra Subversiva*”⁹, que regulamentava uma doutrina tática de

⁹ Composto por cinco volumes: Generalidades, Operações Contrabandos Armados e Guerrilhas, Ação Psicológica, apoio às Autoridades Cívicas, Administração e Logística.



contrassubversão, mesmo que incipiente. É criada a “*Comissão de Estudos das Campanhas de África (1961-1974)*” do Estado-Maior do Exército (EME)¹⁰, e o CIOE, a Academia Militar (AM) e o Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM) editam publicações cada vez mais congruentes.

¹⁰ Estabelece quatro períodos de desenvolvimento da doutrina: 1958-60, contacto com as doutrinas; 1961-63, aplicação experimental da doutrina em Angola; 1964-66, aperfeiçoamento da doutrina; 1967-74, consolidação da doutrina.



2. Forças envolvidas

Neste capítulo faz-se uma análise das forças empenhadas no TO Moçambique do ponto de vista da organização e dos meios empregues. Interessa referir que o estudo aqui efetuado aborda apenas as nossas forças, relegando a caracterização da ameaça para o apêndice B.

2.1. Forças a empregar

O presente subcapítulo aborda a temática das forças envolvidas em tarefas no âmbito da proteção no TO de Moçambique.

“A companhia de caçadores, com cerca de 170 homens organizados em quatro grupos de combate, foi do lado português, a unidade básica da guerra” (Aniceto e Gomes, 2001, p.15)

“Conhecidas as características e as formas de atuar das guerrilhas, torna-se evidente que a tática convencional terá de ser modificada de maneira a fazer face aos aspetos irregulares que as operações contra elas necessariamente apresentarão.” (EGS, 1963, p.3)

“No interior do Exército, o esforço foi distribuído pelas várias Armas que o constituem (...), incidindo o maior peso sobre as forças mais baratas e de menores exigências técnicas – a infantaria –, enquanto as unidades das armas mais caras e de maior complexidade – a cavalaria, a artilharia, a engenharia e as transmissões – eram utilizadas de acordo com as possibilidades e não com as necessidades.” (Aniceto e Gomes, 2001, p.85).

As limitações financeiras, políticas e tecnológicas, não contribuíram para a melhoria dos equipamentos que permitissem uma proteção da força mais adequada (Aniceto e Gomes, 2001, p.85).

“As unidades de Infantaria têm uma tarefa muito difícil e muito pesada nas operações contrabandos armados e guerrilhas. Nos terrenos em que essas operações em regra têm lugar, torna-se frequentemente impossível dar-lhes um apoio de Artilharia, de blindados ou de uma Engenharia dotada de equipamento de grande rendimento. A responsabilidade da execução da maior parte das ações a emprender recairá, portanto, exclusivamente sobre elas.”. “As unidades básicas da Infantaria para as operações contrabandos armados e guerrilhas são a Companhia e o Batalhão de Caçadores.” (EGS, 1963, p.8)

A Cavalaria apresenta tarefas mais do ponto de vista do reconhecimento dispendo para isso de viaturas blindadas particularmente adaptadas a tarefas de abertura de itinerários, de escoltas a colunas de viaturas e de interdição a zonas ou pontos críticos. Os esquadrões de reconhecimento eram compostos por três pelotões dispendo cada um de duas autometralhadoras cada e uma viatura blindada de transporte de tropas. (Aniceto e Gomes, 2001, p.393-394)



Neste TO, a ação da Artilharia, foi fortemente condicionada pela dispersão do inimigo, pela incorreção das cartas topográficas e pela deficiente infraestrutura relativa às vias de comunicação, tendo sido utilizada mais como infantaria e apenas um número reduzido de elementos efetuavam ações típicas do apoio de fogos. (Aniceto e Gomes, 2001, p.396). Relativamente à proteção a Artilharia executava ações no sentido de interditar pontos de passagem obrigatória do inimigo dificultando os seus movimentos. (EGS, 1963, pp.14-18)

“O papel da Engenharia nas operações contrabandos armados e guerrilhas reveste-se de uma importância primordial nos territórios ultramarinos, onde o terreno e o clima apresentam normalmente, (...), dificuldades enormes ao deslocamento e à vida das tropas.” (EGS, 1963, p.21). Em Moçambique a rede de vias de comunicação é muito fraca, logo, a luta contra a subversão, do ponto de vista não só militar como económico e psicológico, assenta na construção de novas estradas e aeródromos e até de caminhos-de-ferro e portos. É assim vantajosa, a constituição de um forte agrupamento de unidades de Engenharia com organização adequada podendo ser reforçadas ou não com mão-de-obra e equipamento mecânico civis. (EGS, 1963, p.21)

Quanto às Transmissões “todos os meios de transmissão têm inteira aplicação nas operações contrabandos armados e guerrilhas, embora o rádio seja, de todo eles, o mais vulgar e eficientemente utilizado”. (EGS, 1963, p.23)

2.2. Estrutura

A organização e a articulação do Exército no TO de Moçambique, em virtude das necessidades adaptou-se às características da guerra não convencional, a denominada guerra de guerrilha. Era desenvolvida em superfície, com os adversários espalhados no seio dos habitantes, e não frente a frente, e cujo objetivo era a conquista das populações e não a posse de certa posição de terreno. (Aniceto e Gomes, 2001, p.148)

Houve, inicialmente, necessidade de dispor de forças espalhadas por todo o território, de forma a poder guarnecê-lo mantendo assim contato com a população. Eram designadas forças de quadrícula e, com este tipo de dispositivo, o Exército Português garantiu assim a ocupação de determinadas zonas com as suas unidades.

Esta forma de organizar o dispositivo levou à divisão dos territórios em setores, dispondo estes de órgãos de comando, de unidades operacionais e de unidades de apoio – artilharia, engenharia, transmissões e serviços. Os setores podiam corresponder à zona de ação (ZA) de um batalhão, mas o mais vulgar era dispor de um comando de escalão mais elevado – comando de agrupamento ou de setor. Geralmente o número de batalhões que



constituíam um setor ou agrupamento era variável dependendo da situação, bem como as unidades de apoio de serviços. (Aniceto e Gomes, 2001, p.148)

O dispositivo do Exército em Moçambique, integrava o Quartel General da 4ª Região Militar (RM) e três Comandos Territoriais, do Norte em Nampula, do Centro, na Beira, e do Sul, em Lourenço Marques. Contava no total com cinco Batalhões de Caçadores, dez Companhias de Caçadores, um Grupo de Artilharia de Campanha (AC), um Grupo de Artilharia de Guarnição, uma Bateria AC, um Grupo de Reconhecimento e um Batalhão de Engenharia, de entre outras unidades. (Moreira, 1999/2001, p.19)

“Desde a reorganização de 1960/61 que ficou definida a 4ª RM com sede em Lourenço Marques, compreendendo três Comandos Territoriais.” Conforme anexo A. (Moreira, 1999/2001, p.27)

No que concerne a pessoal enviado pela metrópole, verificou-se um significativo aumento de 1964 a 67, tendo alcançado o seu valor máximo em 1973 com 23.891 militares. O dispositivo foi reforçado com recurso à população nativa. Conforme apresentado no anexo B. (Moreira, 1999/2001, p.27)

A partir de 1970, com a experiência ali recolhida, foram formados 84 grupos especiais. Em 1971 são formados 12 GEP. (Moreira, 1999/2001, p.27)

O dispositivo do Exército no início da guerra em 1963 resume-se a sete batalhões de guarnição normal distribuídos pelo norte e centro do país, tendo aumentado progressivamente, vindo a atingir o seu máximo em 1968 na zona norte com dezasseis batalhões divididos em três setores e em 1974 na zona centro com 14 batalhões divididos por cinco setores. (Aniceto e Gomes, 2001, p.154)

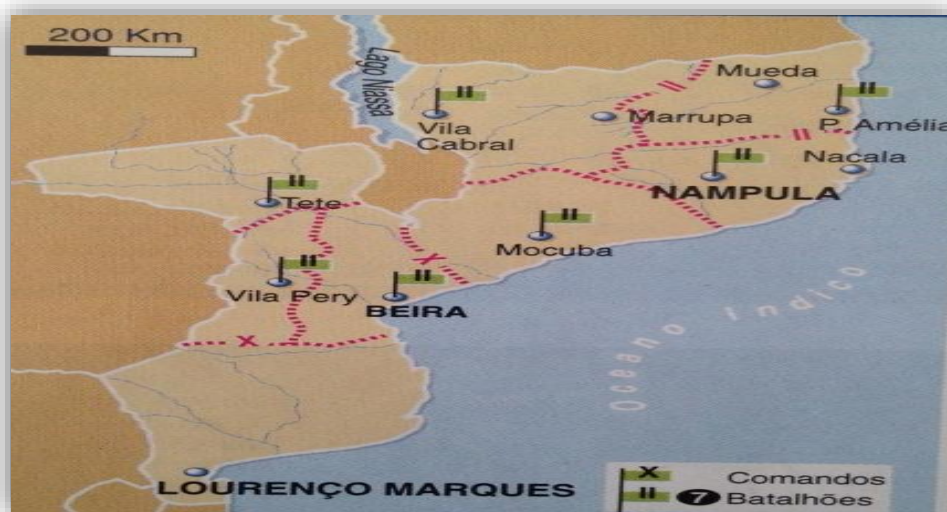


Figura 3 - Dispositivo do Exército Português em 1963

Fonte: (Aniceto e Gomes, 2001, p.154)



Figura 4 - Dispositivo na Zona Norte em 1968

Fonte: (Aniceto e Gomes, 2001, p.154)



Figura 5 - Dispositivo na Zona Centro em 1974

Fonte: (Aniceto e Gomes, 2001, p.154)

2.3. Meios

Em 1960, os meios, nomeadamente o armamento e o equipamento do Exército Português, encontravam-se obsoletos. Estes meios tinham sido adquiridos nos anos 30 (Guerra Civil Espanhola e início da II Guerra Mundial), durante a II Guerra Mundial e após entrada na *North Atlantic Treaty Organization* (NATO). Tratava-se de materiais de origem alemã (espingarda *Mauser*, metralhadoras ligeiras *Dreyse* e *Borsig*, obuses de 10,5 cm) e italiana (metralhadoras *Breda*, obuses de 7,5 cm). Ainda de referir o material pesado de calibre essencialmente inglês (obuses de 8,8 cm e 14 cm, peças de 11,4 cm, peças Artilharia



Antiaérea (AAA) de 4 e 9,4 cm). Após a entrada na NATO e com calibre americano, aparecem os canhões sem recuo de 57 mm, 75 mm e 106 mm, metralhadoras de 12,7 mm, morteiros de 60 mm, 81 mm e 107 mm, viaturas blindadas e carros de combate. (Aniceto e Gomes, 2001, p.356-357)

Face à entrada na NATO e para cumprir o estipulado para a uniformização dos calibres, houve necessidade de adaptação das armas ligeiras, passando a 7,62 mm e 10,5 cm e 15,5 cm no caso dos obuses, no entanto sem decisões tomadas até 1960, nos primeiros anos da guerra, teve que se enviar para o TO material obsoleto e antiquado. (Aniceto e Gomes, 2001, p.357)

No que diz respeito às espingardas a prioridade em 1961 passou pela aquisição de armas automáticas *FN* de origem Belga com e sem bipé e *G-3* de origem alemã também estas com e sem bipé. No entanto a intenção passava pelo fabrico nacional sendo as primeiras fornecidas de imediato a título de empréstimo pelos respetivos países.

Quanto às metralhadoras existiam inicialmente a *Dreyse*, as *Borsig* e *Madsen* com tripé, a *Breda* com tripé, todas estas com calibre 7,9 mm, e a *Browning* de 12,7 mm. No entanto, em virtude do seu elevado peso e adaptação para calibres 7,62 mm, a solução passou pela utilização das espingardas automáticas com readaptações que apresentavam a limitação de não garantirem a continuidade do fogo por não serem alimentadas por fita. Posteriormente foram adquiridas metralhadoras *MG-42* de cano substituível e alimentadas por fita e também a metralhadora ligeira *HK-21*, passando esta última a ser produzida em Portugal.

Relativamente às pistolas-metralhadoras, inicialmente utilizou-se a *FBP m/947* de 9 mm passando por readaptações devido ao inconveniente de apenas realizar tiro automático. O novo modelo *FBP m/961* passaria também a poder fazer tiro semiautomático. É de referir que foram também adquiridas *UZI* de conceção Israelita.

Os lança-granadas utilizados surgiram de uma adaptação do dilagrama à *G-3*, contudo isto impedia o uso temporário da mesma e o processo de carregamento era relativamente moroso. Os Lança Granada Foguete (LGF) de 6 cm e 8,9 cm foram os de mais vulgar uso apesar da sua ineficácia antipessoal visto utilizarem munições anticarro.

Relativamente aos morteiros foram utilizados os de calibre 81 e 120 mm representando estes os de maior dimensão, no entanto os que representaram maior volume de uso foram os 60 mm sem tripé nem prato base para redução de peso e maior mobilidade. Foi ainda desenvolvido um morteiro de 60 mm.

Do ponto de vista dos equipamentos utilizados pela Artilharia inicialmente, eram antiquados e de menor calibre e havia dificuldades na obtenção de munições. Contudo, com



o decorrer da guerra e esgotados os recursos dos mesmos, procedeu-se à aquisição de obuses 10,5 cm, 14 cm e 11,4 cm. Aparecem ainda as peças de 4 cm de AAA, ainda que de utilização reduzida.

Face às condições do terreno, a Cavalaria apenas utilizou meios das unidades de reconhecimento, nunca sendo empregue os Carros de Combate. Os Esquadrões de Reconhecimento eram equipados com viaturas autometralhadoras *Fox* e *GM* (blindados ligeiros de rodas). (Anicetoe Gomes, 2001, p.356-365)



3. As tarefas de proteção

Neste capítulo será observado as operações que decorreram em Moçambique (1964-1975) pelo prisma da função de combate proteção, atendendo ao facto que à altura a doutrina não as previa exatamente como nos nossos dias, procurou-se revisitar as tarefas que melhor se conectam com as atuais subfunções de combate Proteção.

3.1. A defesa antiaérea

A AAA teve uma participação pouco significativa em Moçambique. Apenas foi enviado um pelotão de AAA que tinha a missão de proteger pontos críticos, como por exemplo, em 1972, “um Pelotão de AAA (4 cm) juntamente com uma Bateria de AC 8,8 cm faz a defesa do estacionamento/complexo em Cahora Bassa” (Silva, 2012, p.29) e dois pelotões de Antiaérea (AAA), que dispunham de metralhadoras de 12,7 mm e de peças de 4 cm, em Cahora Bassa, Mueda, Nangololo e Nangade (Anon, 2014, Guerra Colonial)

O emprego da AA nestes pontos sensíveis devia-se à possibilidade de a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) poder vir a obter meios aéreos, segundo General Kaulza de Arriaga, num dos seus discursos afirma que “É o equipamento russo moderno, como bazookas, canhões sem recuo, *Rocket Propelled Grenade* (RPG) rebentando no ar, mísseis terra-terra de 122 mm, metralhadoras AA e, brevemente, mísseis terra-ar auto dirigidos, etc., que: Por um lado, lhe confere em relação a nós superioridade no combate terrestre, por outro, lhe permitirá, dentro de pouco tempo, criar dificuldades aos nossos meios aéreos. É a possibilidade de o inimigo vir a empregar tropas regulares, lanchas equipadas com mísseis e torpedos e mesmo aviões. E é a tremenda propaganda e ação psicológica desenvolvida por todos os nossos adversários” (1987, p.183-184).

3.2. A proteção de informação

As nossas informações estavam sujeitas a ameaças por parte dos movimentos insurgentes, tanto que ao nível dos comités centrais destes movimentos existia um departamento de informação e de propaganda. Por sua vez o conselho militar dos insurgentes, órgão tipo estado-maior conjunto, detinha uma secção de assuntos confidenciais e uma de informações. Esta última tinha a designação de “Inteligência” e possuía uma unidade de reconhecimento que controlava os agentes infiltrados e os informadores. Em todas as bases de guerrilheiros existia um chefe de reconhecimento, responsável pela aquisição e pelo estudo das informações. (Anon, 2014, Guerra Colonial)

Também se sabe que “a Frelimo, para além de utilizar mulheres na recolha de informações, colocava os seus agentes em locais chave da Administração e do Comando-Chefe” (Garcia, 2004, p.239)



Face a estas ameaças todo o sigilo era pouco para evitar fugas de informação, no âmbito das atividades para proteção da informação, sabe-se, que eram utilizadas as atividades de controlo da informação pública a fim de evitar a propaganda desfavorável e a fuga de informação, evitando o surgimento de notícias que os insurretos pudessem usar a seu favor. Para além, das informações de carácter militar, também fotografias e notícias tinham de ser sujeitas a autorização superior antes de serem libertadas para publicação. Os meios de transmissões eram controlados na vertente militar e civil, existindo obrigatoriedade de recensear todo o equipamento, incluindo os existentes em stock nas lojas e fábricas da especialidade. (EGS, 1963, p.10-13).

3.3. A sobrevivência

No TO de Moçambique, a Engenharia teve três ações fundamentais: abertura de itinerários, apoio na construção de aquartelamentos e na realização de obras nas infraestruturas de comando e de apoio logístico.

O seu emprego em construções foi sobre infraestruturas especiais, tais como hospitais, depósitos de água, pistas de aviação. Os quartéis das tropas eram construídos principalmente pelas unidades que os ocupariam. Para isso recebiam instrução e materiais para construção de equipamentos indispensáveis (nomeadamente forno de pão e latrinas) (Aniceto e Gomes, 2001, p.399).

Estes quartéis dividiam-se em bases táticas ou permanentes. As primeiras, para apoio direto e temporário às operações de grande envergadura, eram constituídas com tendas e um apoio de serviços reduzido, limitado a uma cozinha de campanha, postos de socorros, transmissões e pouco mais. As bases permanentes tinham órgãos de comando e administrativo-logísticos, para um efetivo de companhia com cerca de 200 homens. A sua localização era escolhida em zonas de atividade intensa, mas defensáveis e próximas de povoações para fomentar a ação psicológica sobre estas. Privilegiava-se o acesso a vias de comunicação e a fontes de água, sendo frequente o uso de edifícios pré-existentes. (Anon, 2014, Guerra Colonial).

O dispositivo era disperso por extensas áreas geográficas e desprovido de redes de água, esgotos e eletricidade, com uma rede de comunicações assente em estradas, ferrovias e aeródromos precários. Para garantir condições mínimas de defesa e de conforto das forças, estas começavam por bivacar ou acantonar aproveitando instalações existentes, para que numa fase posterior fosse aplicado um programa de construção de aquartelamentos provisórios. É neste contexto, que o apoio da Engenharia Militar se revela, concebe e implementa o programa de construção de quartéis pré-fabricados para fornecimento às



unidades. Destes materiais, destacam-se os Quartéis JC, sabendo-se da sua designação apenas que são as iniciais do oficial de Engenharia que criou o conceito. Estes eram conjuntos de materiais, ferramentas e guarnições necessários para a construção de um quartel e eram o melhor que uma unidade podia esperar receber. (Aniceto e Gomes, 2001, p.414).

Ainda através da Engenharia foi criada a Comissão das Novas Instalações para as Forças Armadas (CANIFA), responsável pelo projeto de quartéis e instalações e pela publicação de manuais sobre a organização do terreno, especialmente na definição da montagem de obstáculos de proteção. Visava a melhoria das condições de defesa dos aquartelamentos que demasiadas vezes prejudicava a manobra operacional. (IAEM, 2002/04, p.63).

O trabalho desenvolvido pelas unidades de construções horizontais e verticais de Engenharia foi decisivo para que as unidades aquarteladas beneficiassem de acessos aceitáveis (abertura 12.500 km, totalizando 48.500 km de estrada transitáveis, dos quais 11.000 km alcatroados). Ainda, a edificação de escolas, postos médicos e aldeamentos, possibilitou o apoio aos habitantes, contribuindo para o sucesso da manobra psicossocial que sempre balizou a estratégia militar prosseguida. (IAEM, 2002/04, p.64).

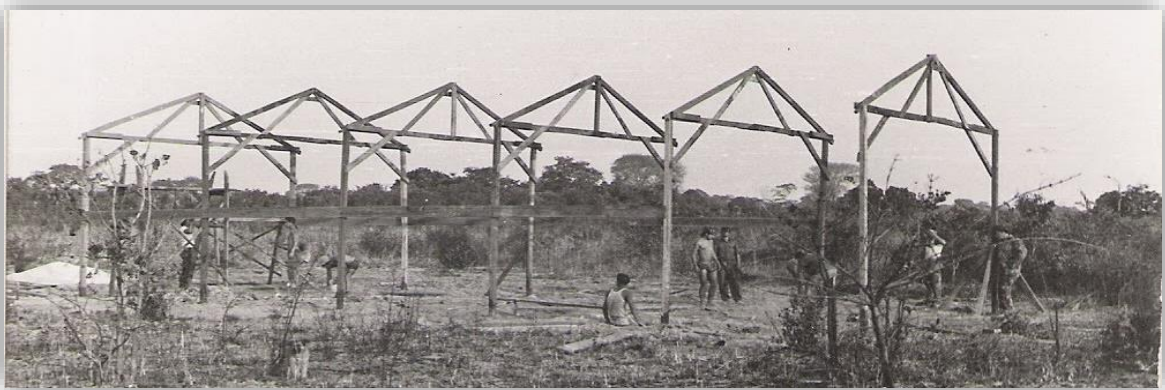


Figura 6 - Construção de um Quartel JC

Fonte: (Batalhão Artilharia 741)

No que respeita à abertura de itinerários, a Engenharia empenhava desde uma secção a uma companhia, protegidas pelas unidades operacionais, na construção de estradadas asfaltadas e limpeza de bermas para prevenir emboscadas a curta distância. Estes trabalhos eram sempre feitos sob forte pressão das forças de libertação e traduziam-se em operações de grande envergadura, que empenhavam grandes volumes de materiais, equipamentos e efetivos (Aniceto e Gomes, 2001, p.399).



3.4. A proteção sanitária

Em Moçambique as Forças Militares, tal como toda a população, encontravam-se expostas a diversas doenças, existindo por esse motivo alguns serviços especializados civis tal como o “Serviço de luta contra a Lepra”, o “Serviço de luta contra a Tuberculose” e o “Serviço de luta contra a Doença do Sono”. Existia uma preocupação das autoridades sanitárias da altura em garantir o “controlo das doenças infectocontagiosas, efetuando-se vacinações contra a varíola; e uma vacinação anti poliomielítica em todos os alunos das escolas. Também o ataque ao paludismo foi levado a efeito nos maiores aglomerados populacionais, abrangendo um conjunto de medidas de combate aos mosquitos, como sejam a drenagem de pântanos, o emprego de inseticidas e de anti palúdicos.” (África, 1989, p.43 e 444).

Devido aos riscos sanitários existentes em todos os teatros do Ultramar, desde o início dos conflitos se tomaram medidas sanitárias preventivas. Em 1964, com o escalar da guerra em Moçambique, foi adotado o aprontamento sanitário, semelhante ao efetuado para Angola e Guiné, que previa a vacinação contra a varíola, a febre tifoide, a febre amarela, o tétano, a poliomielite e a cólera. Também se efetuava aconselhamento em termos de medidas de proteção e profilaxia contra doenças como a malária, a dermatomicoses, a schistosomíase, as doenças venéreas, as doenças das vias respiratórias, as doenças gastrointestinais, a hepatite infecciosa, a doença do sono, a parotidite epidémica e a avitaminoses. (Militar, 2007, p.108)

Na fase inicial da Guerra Colonial, mais propriamente a 01 de julho de 1965 o Serviço Saúde Militar em Moçambique (SSMM) estava organizado de acordo com o exposto no anexo C. Existia assim uma componente fixa, com postos de socorros das unidades e das subunidades que possuíam normalmente um médico por batalhão, enfermarias de Zona ou Sector de Operações onde existia uma equipa cirúrgica com aparelhos e instrumentos, para além dos hospitais de Nampula e de Lourenço Marques. Além desta, a componente de assistência itinerante, com um médico e alguns enfermeiros, que utilizava as linhas aéreas existentes para ficar entre uma semana a um mês, em cada unidade ou subunidade de combate fora das sedes dos batalhões. Estas equipas, para além de assistirem o pessoal militar, apoiavam também as populações das áreas a que se deslocavam. Por ultimo destacase a evolução das evacuações, que no início eram maioritariamente via terrestre, mas que com o evoluir da guerra passaram a ser efetuadas por helicópteros, que os conduziam, inicialmente para as enfermarias (Zona/Sector de Operações). Destas, se necessário, eram transportadas de avião, para os aeroportos de Nampula ou de Lourenço Marques de onde



eram deslocados para os respetivos hospitais. Em último caso, normalmente por via aérea, faziam-se evacuações para Lisboa ou para a República da África do Sul (foi assinado um acordo que o permitia), onde era possível aceder a assistência ou tratamentos inexistentes em Moçambique. (Arriaga, 1987, p.301-302)

3.5. A segurança das operações

Uma parte fundamental da segurança das operações das Forças Armadas portuguesas, não apenas em Moçambique como também nas Campanhas de África como um todo, foram as operações de contrassubversão e psicológicas desenvolvidas. Ainda que em Moçambique não tenham tido o mesmo sucesso que no teatro de Angola.

As operações psicológicas eram uma das componentes da contrassubversão, conforme se pode ler no manual “*O Exército na Guerra Subversiva. III – Ação Psicológica*”: “

Se as ações mais comuns das guerrilhas eram a minagem de itinerários, emboscadas a colunas motorizadas e flagelação de instalações militares, já da parte das Forças Armadas portuguesas havia o patrulhamento de zonas de refúgio e de itinerários, a escolta a colunas de reabastecimento, a proteção de obras de engenharia e de pontos sensíveis e o apoio médico, social e psicológico às populações.

Sobre esta última vertente, “as forças portuguesas deram particular importância, na sua manobra, à ação psicossocial, opção que se ficou a dever à fraca implantação do tecido administrativo colonial, às muitas carências das populações e ao seu baixo custo em relação às operações militares de combate” (Aniceto e Gomes, 2001, p.66).

Assim, as Forças Armadas portuguesas investiram na criação de aldeamentos, para que as guerrilhas não tivessem acesso ao apoio e cobertura das populações, outrora dispersas foram reunidas perto de unidades militares, o seu perímetro delimitado por arame farpado ou estrada e as habitações dispostas em quadrícula, com ruas largas entre elas. Estes aldeamentos dispunham de apoio social, escolas, apoio sanitário e de um poço, sendo controlados por milícias, polícias ou guardas rurais, os quais eram apoiados pelas autoridades gentílicas. Esta ação sobre as populações visava elevar o seu nível de vida, através da assistência sanitária, religiosa, educativa e económica. (Aniceto e Gomes, 2001, p.242-268).



Figura 7 - Ação psicossocial, convívio entre militares e população

Fonte: (Aniceto e Gomes, 2001, p.440)

3.6. A inativação de engenhos explosivos

Se durante as campanhas do Ultramar o uso de minas foi um fator preponderante, ele teve em Moçambique a sua máxima expressão. Ainda que não tenham sido publicados até hoje dados estatísticos fidedignos, estima-se que aproximadamente 50% das baixas tenham sido resultantes da Guerra de Minas.

Se da parte dos movimentos de libertação predominava o uso de engenhos explosivos e minas anticarro (MAC), já as Forças Armadas portuguesas faziam uso de minas antipessoal (MAP) e de armadilhas com granadas de fragmentação (Aniceto e Gomes, 2001, p.312).

Em Moçambique, os primeiros engenhos explosivos e de minas surgiram entre maio e outubro de 1965, nas zonas de Niasa e Cabo Delgado. Ao longo dos anos seguintes, o esforço desta guerra foi crescendo, chegando a atingir, em determinados períodos e locais, mais de 90% do esforço da Frelimo contra as tropas portuguesas, como é o registo no primeiro trimestre de 1970 em Mueda, de 646 ações de minagem em 685 ações no total, perfazendo 94%. (Anon, 2014, Guerra Colonial).



Em termos da inativação de engenhos explosivos por parte das Forças Armadas portuguesas, o esforço prendia-se fundamentalmente com a abertura de itinerários, que se destinavam “a criar as condições para colocar em determinado local as tropas e os equipamentos necessários à montagem de bases temporárias ou permanentes (...) De um modo geral, pode considerar-se que todas as ações de grande envergadura realizadas pelas forças portuguesas se iniciaram com a abertura de itinerários”. Para tal, quando era esperado que fossem encontradas minas, a formação assumia um dispositivo próprio, numa coluna encabeçada por um grupo de detetores ou, na falta destes equipamentos, picadores com varas de aço. Este grupo era protegido por um segundo grupo, de segurança, que seguia nos seus flancos com a tarefa de prevenir ataques diretos contra os detetores.

Atrás dos picadores, uma viatura “*rebenta-minas*”, que mais não era que uma viatura pesada (usualmente Berliet) com a cabine reforçada, carregada com sacos de terra, para fazer peso e proteger o condutor, e com os pneus cheios com água. Finalmente, atrás desta viatura, seguia o restante da coluna, seguindo os rodados da primeira viatura.

Estas operações seguiam, assim, o ritmo possível a estes elementos e se com os detetores e os operadores experientes o ritmo podia ser relativamente aceitável, tal não era o caso dos picadores com varas de aço. Assim, em operações onde a velocidade fosse um imperativo, era frequentemente preferível avançar em corta-mato (Aniceto e Gomes, 2001, p.316 e 404-406).



Figura 8 - Picagem de minas num itinerário com detetores de eletromagnéticos

Fonte: (Aniceto e Gomes, 2001, p.470)



4. Consequências da Proteção no desfecho da Campanha

No capítulo anterior abordou-se as tarefas e os sistemas em uso no TO de Moçambique durante a Guerra do Ultramar com vista a preservar o potencial de combate da força. Embora anacrónico, este estudo pretende explicitar a influência do modo como eram conduzidas as operações das unidades portuguesas na proteção das unidades e forças e na segurança dos itinerários utilizados.

A artilharia antiaérea acabou por não ter uma consequência significativa no contributo da função de combate Proteção no desfecho da campanha em Moçambique, visto que foi utilizada essencialmente como proteção antiaérea de pontos sensíveis em Cahora Bassa, Mueda, Nangololo e Nangade que contra uma suposta ameaça que não se chegou a concretizar, mas se se concretizasse estava preparada para se empenhar na proteção dos mesmos.

No que toca à proteção sanitária, era uma preocupação existente desde o início do conflito ultramarino, o próprio aprontamento sanitário que se executava e que foi adotado em Moçambique logo no início do conflito, previa medidas sanitárias preventivas que incluíam vacinação obrigatória adequada às ameaças e aconselhamento em termos de medidas de proteção e de profilaxia contra doenças mais comuns, minimizando as baixas por doenças registadas, visto que entre 1964 e 1977, apenas se registaram 336 mortes por doenças, cerca de 10% do total de mortes (África, 2014, p.557). De destacar também a evolução em termos de infraestruturas e meios sanitários em Moçambique ao longo do conflito, incluindo a evolução em termos da organização e métodos de evacuação sanitária, estes esforços em conjunto com a medicina preventiva foram decisivos e tiveram um grande contributo para mitigar baixas por combate, acidente e doença ao longo de todo o conflito.

No que respeita às condições de sobrevivência das unidades, enquanto estas se encarregavam da construção dos seus próprios quartéis, cabia à Engenharia o apoio a estas unidades. Este apoio materializou-se pela coordenação da construção e fornecimento dos materiais, bem como a construção das infraestruturas de comando e de apoio das nossas forças e de apoio às populações, e ainda pelo apoio à mobilidade, em operações de desminagem ou construção de estradas.

Em termos da guerra de minas, embora não exista um estudo aprofundado e analítico, é consensual que esta teve maior dimensão no TO de Moçambique que nos restantes, seja na utilização isolada de minas ou na sua utilização integrada em emboscadas. O desgaste provocado por este tipo de guerra levou, por exemplo, ao emprego da quase totalidade das unidades de Engenharia na Operação Nó Górdio para garantir a mobilidade das nossas



forças, numa operação de cerco e batida com grande envergadura, com objetivos em Gungunhana, Moçambique (base provincial) e Nampula, numa extensão de 140 quilómetros. Terminada a operação, 15 num total de 26 baixas foram devidas a minas, bem como 58 dos 85 feridos. No total, foram detetadas 155 minas. (Anon, 2014, Guerra Colonial).

Em termos da proteção da informação embora não fosse tratada por esta designação, nem tivesse o mesmo significado que tem atualmente, existia perfeita noção das ameaças às informações das nossas forças. No entanto, embora as referências existentes denotem a preocupação para evitar fugas de informação e controlo sobre a informação pública, não foi possível encontrar informação específica sobre este tema.

Preponderante para a segurança das operações foram as ações psicológicas, que visaram separar as populações dos guerrilheiros e desmoralizar os combatentes, uma vez que a Frelimo controlava aproximadamente 60% do território. A par do apoio pelas autoridades administrativas, foi importante a instalação de equipas de receção de refugiados (em Sagal, Diaca, Miteda e Muidumbe), bem como de equipas de ação psicossocial (Mueda e Sagal). No entanto, apesar do sucesso geral sobre a Frelimo, estas ações não foram eficazes sobre uma população já cansada e desgastada pela guerra.

Ainda assim, a ação psicológica foi importante para conseguir o apoio da população, desmoralizar o inimigo e reforçar o moral das nossas forças. Originando da parte da Frelimo uma campanha que apelava junto das mesmas populações às ideias de paz e de justiça, mostrando a guerra como sendo uma injustiça sobre um povo que tinha o direito à independência e à autodeterminação e o dever de combater o atraso económico e os sacrifícios impostos pela guerra.

Nesta ação, o caso de Moçambique foi o menos feliz dos três TO. Quer o elevado número de aldeamentos planeados, a deficiente ligação entre autoridades militares e administrativas ou tradicionais moçambicanas, a falta de preparação da estrutura ou de qualificação do pessoal, na verdade não foi possível atingir os resultados vistos, por exemplo, em Angola. “A manobra psicológica das forças portuguesas em Moçambique limitou-se quase exclusivamente a opor os Macuas aos Macondes e estes aos quadros mais evoluídos do Sul, enquanto a africanização da guerra ensaiada por Kaúlza de Arriaga com o apoio de Jorge Jardim (ou vice-versa) não foi capaz de tirar o rendimento operacional (...) semelhante ao conseguido em Angola (...) nem de os considerar, como fez Spínola na Guiné, como embrião de Forças Armadas do novo estado independente na órbita portuguesa”. (Aniceto e Gomes, 2001, p.131).



Conclusões

Para identificar como foi aplicado o conceito da Proteção e quais as suas consequências na Campanha Militar no TO de Moçambique (1964 – 1975), questão central definida para este trabalho, o mesmo foi estruturado em quatro capítulos. No primeiro caracterizou-se o objeto de estudo na análise da forma como Portugal se adaptou à nova forma de guerra. No segundo capítulo analisou-se a proteção no dispositivo das forças destacado para o TO Moçambique. No terceiro estudou-se as operações mais importantes quanto aos meios, à tipologia do contexto proteção, à luz da época. Por último avaliou-se os impactos da proteção no estado final da campanha.

O início do conflito foi antecipado por uma preparação adequada por parte da Frelimo, no que concerne ao planeamento, à preparação, à aquisição de apoios internos e externos, à formação dos seus militares, à aquisição de informações e à execução das suas operações, utilizando uma guerra subversiva, a par do conhecimento pormenorizado de todo o ambiente operacional.

A vasta área e diversidade das regiões de Moçambique dificultaram as operações, nomeadamente na zona de fronteira com a Tanzânia (zona norte, principal base de apoio às operações da Frelimo) e Zâmbia (zona centro), onde se iniciaram as atividades irregulares a coberto do rio Rovuma.

No que concerne às medidas adotadas e sua evolução e concetual pelas forças militares no TO Moçambique, de uma forma geral, suportou-se todo o esforço de uma guerra, que consumiu elevados recursos e que constantemente, durante os dez anos de conflitos, sofria adaptações, designadamente no dispositivo de forças, em virtude das sucessivas alterações impostas pelo movimento subversivo. Destaca-se ainda a forma como deu resposta doutrinária cabal ao novo tipo de guerra para o qual não estava preparado e como resolveu a falta de recursos humanos, utilizando os recursos locais, demonstrando grande eficácia e sabedoria na integração com a população indígena.

Relativamente às forças empregues, sua estrutura e meios projetados para o TO de Moçambique que refletiam a função de combate Proteção, salienta-se que a estrutura de forças utilizada no TO, assenta essencialmente no modelo utilizado pela Infantaria, mais precisamente o Batalhão de Caçadores, tendo, tanto a Cavalaria como a Artilharia executado tarefas semelhantes devido às dificuldades de deslocamento dos equipamentos e ao fraco rigor das cartas topográficas. Assim, verificou-se que, para além das suas tarefas fundamentais, teriam que estar preparadas para o combate terrestre e proteção da própria força.



A engenharia desempenhou um papel preponderante na guerra, nomeadamente na abertura de itinerários, que do ponto de vista da proteção, facilitou a progressão das unidades na execução das suas tarefas. E na construção de infraestrutura, contribuindo para elevar o nível de proteção da força.

Do ponto de vista dos meios, os equipamentos existentes estavam obsoletos e desatualizados, face a este tipo de guerra. Com o decorrer da guerra e com o reajustamento dos equipamentos, pode afirmar-se que o combate terrestre se travou de igual para igual.

As tarefas associadas à proteção da força foram cumpridas de forma menos eficaz no início da guerra, face à estrutura da força e meios utilizados, no entanto, com o decorrer dos anos e fruto da melhoria dos equipamentos e com o apoio da Engenharia, as dificuldades foram ultrapassadas.

A função de combate proteção, como é entendida atualmente, não era tratada desta forma no período em que decorreu o conflito em questão, o que não significa, como foi demonstrado nos capítulos três e quatro, que a maioria das tarefas da função de combate proteção não fossem tidas em conta. Assim a função de combate proteção, sob outra forma e estrutura, adequados à altura do conflito, foram determinantes para o mitigar o número de baixas nas nossas forças, quer em operações rotineiras, quer em operações de grande envergadura como foi a operação Nó Górdio. Ainda, fazendo face a situações inopinadas, existia preocupação com a proteção da força, para minimizar baixas por doença, acidente e combate e garantir o apoio da população, tornando o Ambiente Operacional mais favorável às operações.

As principais consequências decorrentes da função de combate proteção foram as contínuas evoluções, ao longo de 11 anos de conflito em Moçambique, no sentido de mitigar baixas. Com o evoluir do conflito e das ameaças decorrentes do mesmo, as tropas portuguesas foram criando mecanismos para proteger as forças, apesar de não se denominar função de combate proteção, estes mecanismos foram-se adaptando com o intuito de manter o potencial de combate.

Em jeito de conclusão, poder-se-á afirmar que Portugal foi obrigado a efetuar uma profunda transformação nas suas Forças Armadas, que se encontravam adaptadas para o combate convencional e agora deparavam-se com uma guerra subversiva. Na qual se revelou de extrema importância, para o desenrolar das operações, todas as tarefas associadas à função de combate Proteção, embora não sendo tratadas como tal, no conflito em análise.

Respondendo à QC, à luz da doutrina utilizada na época, foram aplicados alguns dos conceitos da função proteção do Exército Português, sendo identificadas diversas alterações



como no emprego das forças, sempre promovendo a proteção da força, na utilização de uma estratégia de reorganização do território, na poupança de recursos e na execução de operações conjuntas, provocando ao longo dos 11 anos de conflito, uma evolução na área de operações, conferindo um conhecimento enriquecido pela experiência no combate à guerra subversiva por parte da Frelimo e a redução de baixas por parte das nossas forças.

Como recomendações decorrentes do estudo efetuado propõe-se que este seja alargado aos outros teatros africanos, de forma a documentar toda a campanha e a permitir averiguar num futuro, a eventual correlação de determinadas alterações implementadas, nas áreas em estudo, com fatores exógenos a cada teatro de operações.



Bibliografia

A

- África, C. p. o. E. d. C. d., 1989. *Resenha Histórico - Militar das Campanhas de África (1961-1974): Enquadramento Geral*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- África, C. p. o. E. d. C. d., 1989. *Resenha Histórico - Militar das Campanhas de África (1961-1974): 4º volume Dispositivo das Nossas Forças Moçambique*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- África, C. p. o. E. d. C. d., 2014. *Resenha Histórico - Militar das Campanhas de África: 8º volume Mortos em Campanha, Tomo III Moçambique, Livro II, 1ª edição*. Lisboa: Estado-Maior do Exército
- Aniceto A. e Gomes, C. M, 2001. *Guerra Colonial*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Antunes, F., 1990. *O Factor Africano 1890-1990*. Lisboa: Bertrand.
- Anon., 1961. *Emprego Tático das Pequenas Unidades na Contra Guerrilha - O Exército na guerra subversiva*. Lisboa: Ministério do Exército.
- Anon., 2012. *PDE 03-00 - Publicação Doutrinária do Exército n.º 03-00*. Lisboa: Exército Português.
- Anon., 2014. *Guerra Colonial (1961-1974)*. [Online] Available at: <http://www.guerracolonial.org/index.php?content=12> [Acedido em 27 de dezembro de 2015], [Acedido em 19 de janeiro de 2016]
- Anon, *Batalhão de Artilharia 741*. [Online] Available at: <http://batalhaodeartilharia741.blogspot.pt/> [Acedido em 8 de junho de 2016].
- Arriaga, K, 1987, *Guerra e Política*, Lisboa, Edições Referendo

B

- Bacelar, S., 2000. *A Guerra em África 1961-1974: Estratégias adoptadas pelas Forças Armadas*. Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto e Universidade Portucalense Infante D. Henrique. Porto.
- Brandão, J. *Cronologia da Guerra Colonial (Angola - Guiné - Moçambique / 1961-1974)*. Lisboa: Prefácio.

C

- Coelho, A. R., 2013. *A Guerra do Ultramar - O Mérito do Vector Militar*. Em: *Revista Militar n.º 2537/2538*. Lisboa: Revista Militar, pp. 575-586.



E

- EGS, 1963. *O Exército na Guerra Subversiva*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- EGS, 1963. *O Exército na Guerra Subversiva*. Vol. II – Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- EGS, 1963. *O Exército na Guerra Subversiva*. Vol. III – Ação Psicológica. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- EGS, 1963. *O Exército na Guerra Subversiva*. Vol. V – Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- EME, 1969. *O caso de Moçambique*. Cadernos Militares, Volume 7. Lisboa
- EME, 1990. *Resenha Histórico-Militar das campanhas de África (1961/1974), Dispositivo da Nossas Forças - Moçambique*, Comissão para o estudo das Campanhas de África, 4º Volume. Lisboa.
- EME, 1998. *Resenha Histórico-Militar das campanhas de África (1961/1974), Enquadramento Geral*, 1º Volume, Comissão para o estudo das Campanhas de África, 2ª Edição. Lisboa.

G

- Garcia, F. P., 2003, *Análise global de uma guerra - Moçambique (1964-1974)*. Lisboa: Prefácio
- Garcia, F. P., 2004, *A importância das informações na condução da guerra em moçambique (1964-1974) em informações e segurança – Estudos em honra do General Pedro Cardoso*. Lisboa: Prefácio

I

- IAEM, 1999/01. *A adaptação das Forças Armadas para a Guerra do Ultramar (1961-74)*. Lisboa.
- IAEM, 2002/04. *As Campanhas em Moçambique durante o Conflito Ultramarino Português*, Curso de Estado-Maior. Lisboa

M

- Mascarenhas, A. J. M, 2002, *Caracterização da Engenharia Militar Portuguesa*, Tancos: Escola Prática de Engenharia
- Marques, A. H. O., 1978, *História de Portugal*, Vol. II, 5ª ed. Lisboa: Palas Editores



Militar, *Actas do XVI Colóquio de História, 2007, O Serviço de Saúde Militar na Comemoração do IV Centenário dos Irmãos Hospitaleiros*, Vol. I, Comissão Portuguesa de História Militar. Lisboa

Moreira, A., 1957. *Política Ultramarina*, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa.

R

Rocha, N., 1968. *Guerra em Moçambique - Um repórter na zona dos combates*. Lisboa: Editora Ulisseia Limitada

S

Silva, J. P. M., 2012, *A Artilharia na Guerra de África (1961-1974) Um estudo em torno da mobilização das unidades de Artilharia*, Academia Militar

Souto, A. N., 2007. *Caetano e o ocaso do «Império» - Administração e Guerra Colonial em Moçambique durante o Marcelismo (1968-1974)*. Porto: Edições Afrontamento.



Anexo A — Estrutura do dispositivo militar no TO Moçambique

Em fevereiro de 1961 a estrutura do dispositivo militar no TO em Moçambique:

Quartel-General da 4ª Região Militar, em Lourenço Marques;

Comando Territorial do Norte, em Nampula:

- Batalhão de Caçadores de Nampula;
- Batalhão de Caçadores de Porto Amélia (em organização);
- Grupo de Artilharia de Campanha de Nampula;
- Companhia de Caçadores de Quelimane;
- Companhia de Caçadores de Vila Cabral;
- Companhia de Caçadores de Mocímboa da Praia (em organização);
- Companhia de Caçadores de Marrupa (em organização);
- Companhia de Caçadores de Milange (em organização);
- Centro de Recrutamento e Mobilização de Nampula;

Comando Territorial do Centro, na Beira:

- Batalhão de Caçadores da Beira;
- Companhia de Caçadores de Tete.
- Companhia de Caçadores de Mutarara;
- Companhia de Caçadores de Vila Gouveia;
- Companhia de Caçadores de Vila Manica;
- Bateria de Artilharia de Campanha da Beira;
- Centro de Recrutamento e Mobilização da Beira;

Comando Territorial do Sul, em Lourenço Marques:

- Batalhão de Caçadores de Boane;
- Batalhão de Caçadores de Lourenço Marques;
- Grupo de Artilharia de Guarnição de Lourenço Marques;
- Grupo de Reconhecimento de Moçambique (Dragões) em Lourenço Marques;
- Batalhão de Engenharia, em Lourenço Marques;
- Companhia de Caçadores de Inhambane;
- Escola de Aplicação Militar de Moçambique, em Boane;
- Companhia de Saúde (em organização), em Lourenço Marques;
- Companhia de Intendência (em organização), em Lourenço Marques;
- Depósito de Material de Guerra de Moçambique, em Lourenço Marques;
- Depósito de Material de Intendência de Moçambique, em Lourenço Marques;



Anexo B — Evolução dos efetivos ultramarinos

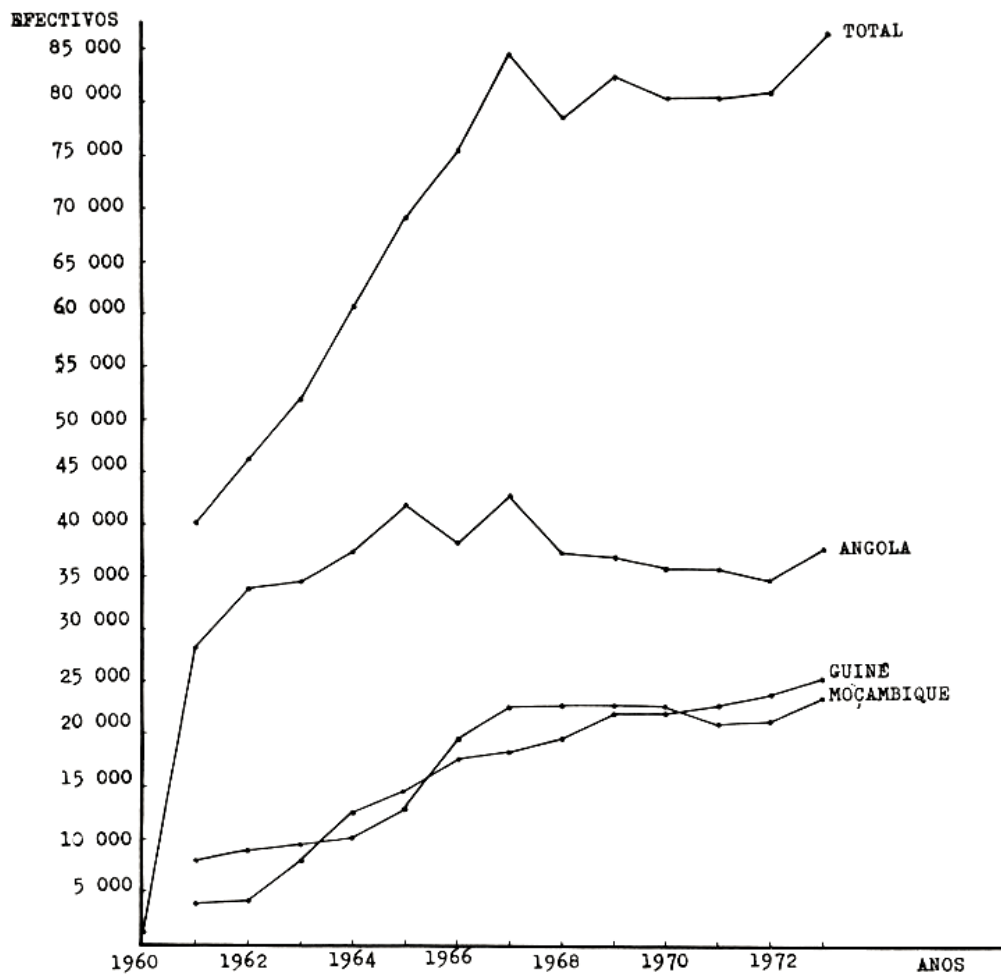


Figura 9 - Evolução dos efetivos ultramarinos

Fonte: (Moreira, 1999/2001, p.27)

Em 1973, Portugal tinha 204.000 homens em armas, dos quais 150.000 militares nos três TO africanos, integrando uma percentagem de 30% de africanos.



Anexo C — Organização do Serviço Saúde Militar em Moçambique

Na fase inicial da Guerra Colonial, mais propriamente a 01 de julho de 1965 o SSMM estava organizado da seguinte forma (África, 4º Volume, 1989, p.99):

- Chefia
- Um destacamento sanitário em Lourenço Marques, que geria uma enfermaria de sector;
- Hospitais militares em Nampula, Beira e Porto Amélia;
- Delegações do Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos (LMPQF) em Lourenço Marques, Nampula e Beira;
- Pelotões de automacas em Nampula e Beira;
- Destacamentos de inspeção de Alimentos em Nampula, Beira e Lourenço Marques

Na fase final da Guerra Colonial, a 01 de abril de 1974, o SSM apresentava alterações significativa, principalmente ao comparar com 1965, e organizava-se da seguinte forma (África, 1989, p.195):

- Dois hospitais militares regionais, respetivamente, em Lourenço Marques e Nampula;
- Três enfermarias regionais (em Tete, Vila Cabral e Mueda);
- Um depósito base de material sanitário em Lourenço Marques;
- Um depósito territorial de material sanitário em Nampula;
- Dois Centros de convalescentes, na Ilha de Moçambique e no Comando Territorial do Sul (CTS) (em Lourenço Marques);
- Uma sucursal do LMPQF em Lourenço Marques, com delegações em Nampula e Beira;
- Seis destacamentos de inspeção de alimentos em Vila Cabral, Porto Amélia, Nampula, Tete, Beira e Lourenço Marques;
- Uma delegação de inspeção de águas em Nampula;
- Um destacamento de desinfestação em Nampula;
- Duas equipas de deteção de doenças tropicais na Beira;
- Três pelotões de automacas em Nampula, Beira e Lourenço Marques



Apêndice A — Recursos humanos e materiais no TO Moçambique

Com as campanhas de Moçambique, a partir de 1963/64, Portugal continuou a suportar um elevado esforço na mobilização de pessoal e de outros recursos para sustentar a guerra, durante uma dúzia de anos, sem grandes constrangimentos e com a população a aceitar os sacrifícios, mas sem noção dos objetivos. Nos Teatros de Guerra, os portugueses revelavam sã camaradagem com as populações indígenas, que se traduziu no recrutamento de inúmeros militares da população local, que demonstraram elevado valor militar e patriotismo. O recrutamento, no Ultramar, regulado pela Lei 2060, de 3 de abril de 1953, definia que “todos os portugueses naturais do Ultramar poderiam ser obrigados a prestar serviço em condições idênticas à Metrópole.” Cada comissão tinha uma duração de dois anos, para fazer face aos efetivos existentes e às necessidades. Após 1964, ano em que eclodiu a guerra, a Lei de Serviço Militar (LSM) sofreu as necessárias adaptações por forma a fazer face ao contingente necessário. Em virtude das faltas sentidas, houve necessidade de usar a população local, indígena. “Eram as chamadas “Unidades de 2ª linha”, que dispunham de quadros próprios. Em 1970 foram constituídos em Moçambique 84 Grupos Especiais (GE), e em 1971, 12 Grupo Especiais de Paraquedista (GEP), tendo também sido constituídas milícias, que inicialmente dependiam das autoridades administrativas respetivas. A instrução em Moçambique era em todo semelhante à ministrada na Metrópole, exceto a fase inicial onde se ensinava português. A última fase de preparação dos contingentes, Instrução de Aperfeiçoamento Operacional (IAO), onde se empenhava as forças constituídas de acordo com as necessidades de mobilização, a partir de 1972, passou a ser ministrada na província de destino, o que se revelou ser muito satisfatório, não só pela rentabilização dos instrutores disponíveis como também pelo próprio treino no TO respetivo. (IAEM, 2002/04, p.42-56; EME, 1988, p.235)



Em 1966 deu-se uma reorganização das forças da Frelimo sendo criado um quartel-general cuja designação era Conselho Nacional de Comando. Este apresentava já alguma organização dispondo das seguintes secções: operações; recrutamento, treino e formação; logística; reconhecimento; informações e publicações militares; administração; finanças; saúde; comissariado político; pessoal; segurança militar.

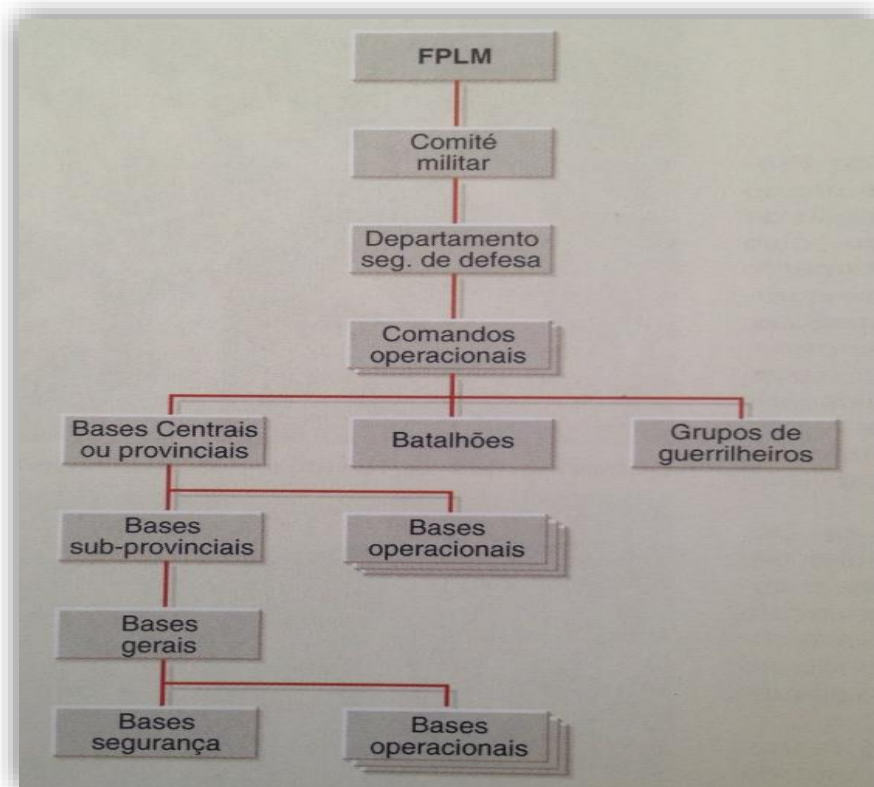


Figura 11 - Organização política e militar da Frelimo

Fonte: (Aniceto e Gomes, 2001, p.170)

A organização militar abrangia três níveis fundamentais: estado-maior; bases e acampamentos; unidades e grupos.

As bases estavam organizavam-se segundo importância e função em: bases centrais ou provinciais; bases subprovinciais; bases gerais (efetivo de batalhão); bases de segurança (efetivo reduzido de quatro a 30 elementos); bases operacionais (efetivo variável); bases de instrução; bases logísticas. Estas dispunham de um comando e estado-maior, um grupo de comando que assegurava as comunicações, a vigilância, a defesa antiaérea, as ações de sapadores, o reconhecimento e a administração, e um número variável de unidades ou grupos de guerrilheiros.

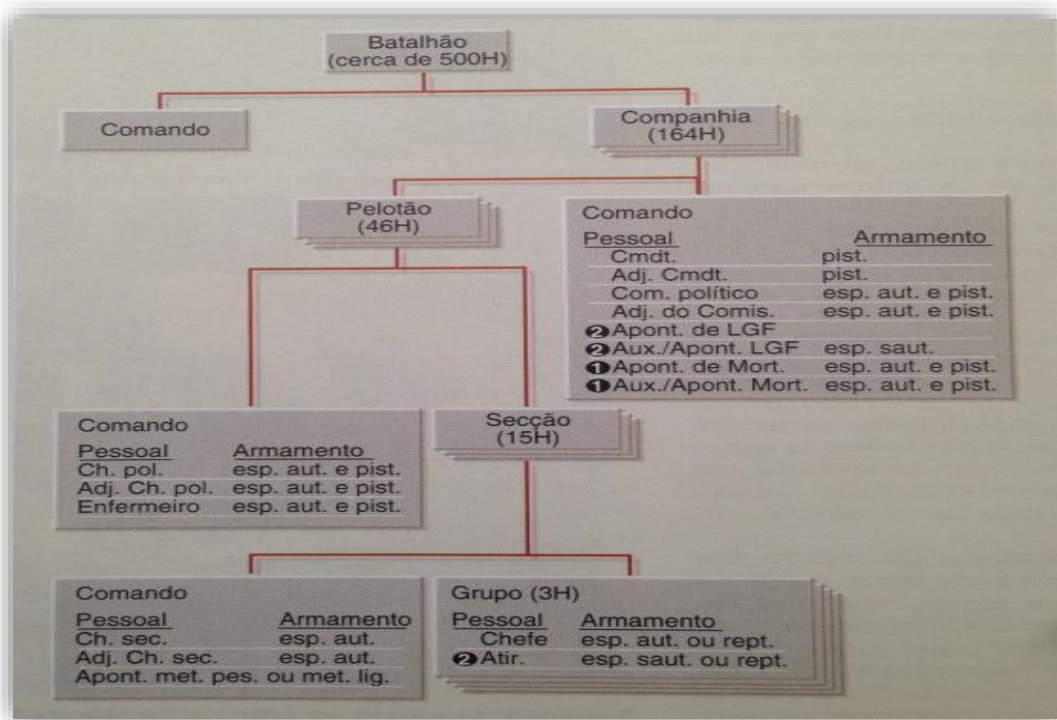


Figura 12 - Organização de um Batalhão
Fonte: (Aniceto e Gomes, 2001, p.170)

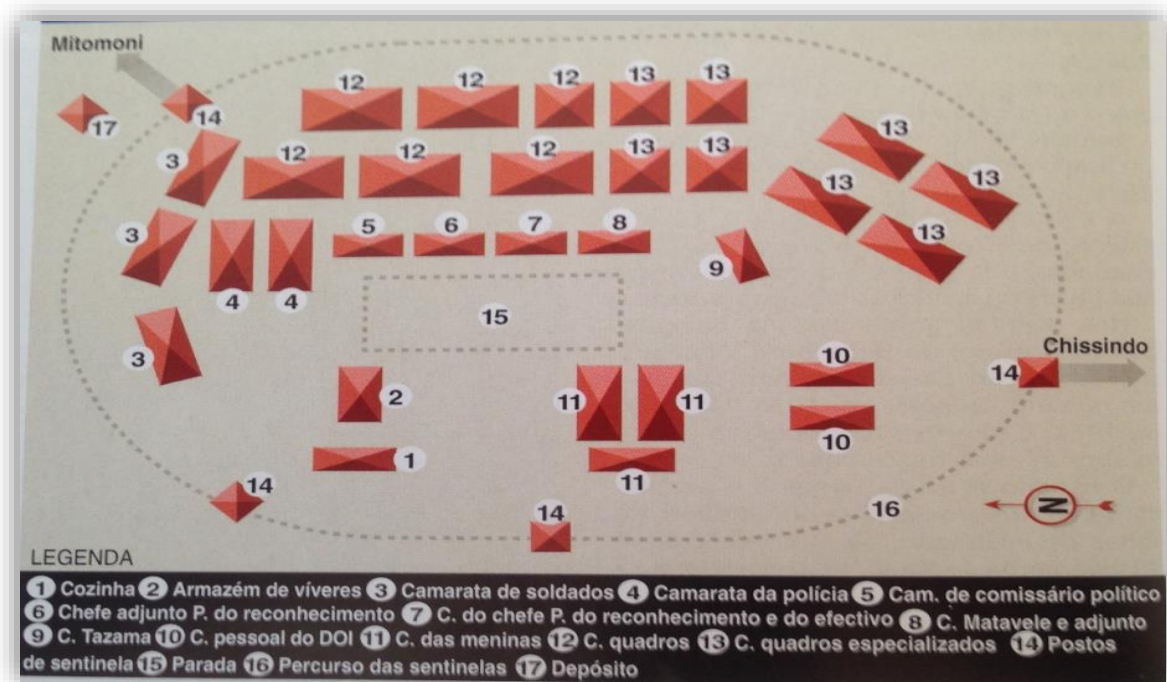


Figura 13 - Base provincial de Guangunhana-Niassa 1968
Fonte: (Aniceto e Gomes, 2001, p.172)



Em 1966 foram realizadas 1.174 por parte da Frelimo, incidindo o esforço militar no Niassa com 59% de ações em que 71% foram de fogo e 28% de emprego de minas. Já em 1967 o esforço passa para Cabo Delgado e Mueda onde foram realizadas 54% das 1.304 desenvolvidas nesse ano, em que 49% das mesmas com emprego de fogo e 45% de minas. Nas ações de fogo (emboscadas) a Frelimo empregou a partir de 1967 efetivos cada vez maiores que chegaram a atingir 60 a 100 homens na região de Cabo Delgado.

Meios utilizados

O armamento e equipamento utilizado tinha diversas proveniências, sendo a grande maioria proveniente dos países do bloco socialista, tendo a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e os seus aliados como principais fornecedores.

A Frelimo evoluiu muito rapidamente na capacidade de operar armas mais eficazes e em grande quantidade, chegando a preparar-se em 1974 para o emprego de meios antiaéreos (Aniceto e Gomes, 2001, p.256).



Figura 14 - Frelimo dispôs desde início de grande quantidade de material

Fonte: (Aniceto e Gomes, 2001, p.137)